

ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2016
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Aldo Schneider
Leonel Pavan
Valmir Comin
Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Anuncia com satisfação ao povo catarinense a sanção da Lei n. 0208/2015, conhecida como a Lei das Doulas, no dia 18 de janeiro, que autoriza a entrada de mulheres treinadas, acompanhantes de família em hospitais e casas de parto de todo o estado para estarem junto às gestantes durante o trabalho de parto e pós-parto.

Salienta que a Lei das Doulas é extremamente significativa num momento em que vivenciamos o crescente número de cesariana no sul do Brasil, principalmente no estado de Santa Catarina. Prenuncia que em breve Santa Catarina, pioneira nessa legislação, será referência para o restante no país. Destaca que o referido projeto chegou à Assembleia Legislativa pelas mãos da então deputada estadual Angela Albino e do deputado Darci de Matos, sob sua constante defesa, debatido durante quatro anos. Argumenta que com a Lei das Doulas as mulheres terão a oportunidade de vencer o medo do parto e alerta que os hospitais terão o prazo de até o mês de junho do corrente ano para proceder às adaptações para receber a doula. Finalmente, agradece aos parlamentares, às pessoas envolvidas e ao governador pela sanção dessa lei.
[Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Repercute a notícia de que o senador Cristovão Buarque, que foi governador do Distrito Federal e ministro da Educação do então presidente Lula, está deixando o PDT e migrando para o PPS, provavelmente para buscar novamente uma candidatura a presidente da República. Declara que recebeu com prazer a possibilidade, pois vislumbra a possibilidade de trazer ao debate novamente a questão crucial e fundamental que é a Educação no Brasil.

Afirma que nos últimos 30 anos o Brasil avançou na Educação, no sentido de que houve um incremento das pessoas que estão na escola, mas o mesmo não aconteceu no sentido da qualidade, que piorou, e também não avançou com a velocidade necessária comparativamente aos demais países. Salienta que só a aplicação de recursos não vai resolver o problema, é preciso saber o que fazer com o dinheiro para melhorar a Educação.

Critica o mercantilismo de entidades que não têm interesse na formação dos alunos, preocupando-se apenas com o lucro, reflexo de que o povo brasileiro não dá importância à Educação, considerando a nota mais importante que o aprendizado. Salienta alguns equívocos, fruto da

desvalorização da escola, como mudar o nome do Programa Bolsa Escola para Bolsa Família, e o próprio Enem, que foi instituído para avaliar as escolas de ensino médio, mas que só foi valorizado quando serviu de critério de entrada de alunos na universidade. Enfatiza a necessidade de ousar, colocando alguém para governar que se importe com as coisas importantes e fundamentais, além da economia, a exemplo da educação. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Relata a ida de lideranças do estado a Brasília, numa audiência no ministério dos Transportes, para discutir a necessidade de mudar o projeto de concessão das Rodovias BR-282, BR-470, BR-476 e BR-153. A comitiva reivindicou a inclusão de novos trechos que permitam a ligação do Extremo Oeste catarinense com os portos de Santa Catarina, ao invés de beneficiar o trecho em direção ao Paraná. Comunica que será criado um grupo de trabalho técnico para tratar com o ministério e encontrar alternativas que tornem o projeto viável e adequado às necessidades de Santa Catarina, solicitando o apoio do governo do estado na defesa do mesmo.

Manifesta sua indignação a respeito do dispositivo da Lei Estadual nº 16.861, que trouxe uma enorme perda às Apaes dos municípios pequenos, uma vez que impede a contratação de professores no regime de dez e 30 horas/aula para as disciplinas de artes, educação física e informática. Por fim, pede ao governador para reverter o artigo da lei que prejudica os educandos da educação especial.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Parabeniza a deputada pelo trabalho realizado em Brasília, entendendo que a inclusão dos novos trechos ao projeto beneficiará o desenvolvimento de Santa Catarina, salientando a necessidade de se cobrar um pedágio acessível. [Taquígrafa: Cristiany]

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Registra a eleição da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Chapecó, que teve a maior adesão dos trabalhadores na história do sindicato.

Relata que, juntamente com autoridades da área, esteve em audiência, em Brasília, com o ministro da Aviação Civil, para debater projetos de modernização e ampliação dos aeroportos catarinenses, destacando o aeroporto de Chapecó que, devido à demanda, precisa urgentemente de ampliação e modernização. Chama atenção para o fato de que para amenizar a crise na agricultura, será preciso um aeroporto de cargas na região.
[Taquígrafa: Salete]

Partidos Políticos

Partido: PSD

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Parabeniza o governador Raimundo Colombo e os gestores da Casan pelo investimento em Curitiba na área de saneamento básico.

Comunica que participou do debate, com representantes da secretaria da Educação, com o prefeito, com o secretário regional e com o vereador Márcio Poletto, sobre a discussão do Plano Estadual e Municipal de Educação em Curitiba.

Faz reflexão sobre dados enviados pela Polícia Rodoviária Federal referente às estradas de Santa Catarina na operação do feriado de Carnaval, lembrando que quando da elaboração da cartilha: Álcool e Direção: Combinação Perigosa, Realidade Catarinense, pela comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em 2013, em um levantamento feito a respeito da fiscalização nas estradas do estado, dos 295 municípios apenas 73 possuíam a ferramenta de medição: o bafômetro.

[Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO DARCI DE MATOS (Orador) - Enaltece o trabalho do deputado Ismael dos Santos, na comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

Ressalta o trabalho dos Bombeiros Militares de Santa Catarina, embora tenha grandes divergências em relação à fiscalização realizada contra o trabalho dos Bombeiros Voluntários, citando a cidade de Joinville, onde as duas corporações fazem dupla fiscalização nas empresas.

Apela ao comandante dos Bombeiros Militares para que não acabe com os Bombeiros Voluntários, torcendo para que impere a racionalidade e a inteligência. Destaca que depois de algumas catástrofes, surgiu a ideia da criação da Lei de Poder de Polícia em Santa Catarina contra incêndio, que deu ao Bombeiro Militar poder para fiscalizar onde também existe corporação de voluntariado. Conclui que para resolver o impasse deve-se mudar a lei ou chegar à conclusão de que não há necessidade das duas corporações nas fiscalizações.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Corrobora a fala do deputado Darci de Matos, ressaltando que os Bombeiros Voluntários fazem um ótimo trabalho e que não pode haver disputa e custo duplo.

Deputado Dr. Vicente Caropreso (Aparteante) - Confirma as palavras do deputado Darci de Matos, destacando que se deve falar com o governador do estado e com o secretário da Segurança Pública para que seja reduzido o ímpeto dos Bombeiros Militares. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PP

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Informa que houve uma reunião na secretaria da Aviação Civil da Presidência da República com a participação do ministro Guilherme Ramalho e de uma comitiva catarinense, agendada pelo deputado federal Esperidião Amin, para tratar sobre concessão e melhorias do Aeroporto Hercílio Luz, concluindo que este estará em condições ideais em 24 meses.

Relata que também entraram na pauta os aeroportos de Navegantes e Chapecó. Entende que as obras paralisadas do aeroporto de Florianópolis afetam toda a região e merecem a atenção necessária, bem como o turismo e a maricultura.

Deputado Gean Loureiro (Aparteante) - Ressalta a iniciativa do deputado em realizar a reunião, mobilizando a sociedade civil, as bancadas, federal e estadual, e as lideranças políticas, enaltecendo a decisão de conceder o aeroporto da capital à iniciativa privada. *[Taquígrafa: Rubia]*

Partido: PSDB

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO (Orador) - Retomando o assunto comentado na sessão de quinta-feira da semana anterior, solicita que a comissão de Saúde da Assembleia Legislativa promova um debate com representantes dos hospitais filantrópicos de Santa Catarina, que passam por uma situação preocupante, como a questão do extrateto, salientando que essas entidades estão perdendo profissionais qualificados para outras instituições e municípios.

Informa que foi definida uma equipe de trabalho, capitaneada pelo sr. Cleverson Siewert, para resolver o problema da falta de luz na Praia do Ervino, devido ao aumento populacional no período de veraneio, em São Francisco do Sul, esclarecendo que as muitas casas irregulares estão inviabilizando a ligação de energia elétrica tendo em vista a possível sobrecarga da rede.

Deputado Antônio Aguiar (Aparteante) - Corrobora as palavras finais do deputado e esclarece que a Celesc está pronta para atender a demanda. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PMDB

DEPUTADO MANOEL MOTA (Orador) - Anuncia com muita satisfação a abertura do maior evento do mundo, que é a Arrancada de Caminhões, em balneário Arroio do Silva, no sul de Santa Catarina, salientando que esta edição completa 30

anos de realização, cada vez mais sendo aprimorada em atrativos e empenho da administração municipal na segurança e bem-estar dos visitantes.

Na edição de fevereiro será homenageado o empresário Paulo César Maciel da Silva que ajudou a criar a Arrancada de Caminhões, além de participar da modalidade e receber vários títulos.

Com muito entusiasmo, afirma que a emoção é muito grande e que a criação de tal modalidade foi para homenagear os motoristas das estradas do Brasil, fazendo um convite a todos os deputados e à comunidade catarinense para participarem da referida grande festa. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO GEAN LOUREIRO (Orador) - Faz relato de atividades realizadas em Brasília nos últimos dois dias, tratando de assuntos de interesse de Santa Catarina e em especial da Grande Florianópolis.

Declara que uma das obras de maior problema para a mobilidade urbana de Santa Catarina é a Via Expressa, que liga a cidade de Florianópolis a BR-282, e que o DNIT apresentou um projeto que seria o ideal, porém ainda não foi concluído o projeto executivo. Informa que o investimento necessário para a execução de tal obra seria R\$ 400 milhões, mas com os cortes realizados no Orçamento sobrou apenas R\$ 350 mil.

Esclarece que quando há orçamento já é muito difícil realizar uma obra, todavia, não há dotação orçamentária para uma obra prioritária para o estado de Santa Catarina e também não existe movimentação à utilização de recursos do Crema, que são recursos para manutenção das rodovias, no montante de R\$ 50 milhões.

Informa que foi formalizado o convite para que a representação nacional do DNIT possa estar em Santa Catarina, junto à frente Parlamentar de Mobilidade Urbana da Grande Florianópolis, no sentido de viabilizar uma nova realidade de curto prazo. Relata, também, que participou de reunião com o diretor geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, onde foi informado da possibilidade de autorizar o consórcio Autopista

Litoral Sul a fazer o mesmo investimento que foi realizado na BR-101, sentido sul do estado, agora no sentido norte, saindo de Florianópolis, passando por São José e indo até o município de Biguaçu, para que seja facilitado o escoamento do trânsito.

Registra, também, a participação, na reunião proposta pelo deputado Cesar Valduga, reivindicando obras de melhoria ao aeroporto de Chapecó. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Discorre sobre a paralisação da obra de pavimentação da SC-467, trecho entre os municípios de Ouro e Jaborá, reivindicada há 30 anos, comentando que já esteve no local. Relata que encaminhou pedido ao secretário de estado da Infraestrutura para a retomada urgente da obra. Faz o registro positivo do andamento da obra de recuperação asfáltica do trecho de Concórdia/Jaborá, e destaca que já houve a expedição da ordem de serviço para ampliar a rede de tratamento de esgoto de Concórdia com recursos do PAC, com contrapartida do governo do estado.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Ordem do Dia

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0389/2015, de procedência governamental, que altera o art. 3º da Lei n. 7.543, de 1988, que institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra o deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, como é um projeto de governo, que altera a questão da Lei do IPVA, que exige que seja feita a transferência em até 30 dias, sob pena de o proprietário do veículo que foi alienado ficar responsável *ad aeternum* até que se faça a transferência pela questão do IPVA. Uma responsabilidade solidária.

Eu apenas gostaria de ouvir do líder do governo suas observações sobre o projeto para saber se isso também é prática em outros estados brasileiros e o porquê dessa modificação.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra o líder do governo, deputado Sílvio Dreveck.

DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Apenas para justificar o projeto de lei em questão. É comum, hoje, não apenas em Santa Catarina, mas em vários estados, o fato de o proprietário, ao vender seu veículo, não faça a transferência no prazo de 30 dias. Isso tem causado muitos transtornos, pois quando se vende e não se repassa ao usuário seguinte a posse, alguém continua usando o veículo em nome de outro. Para evitar esses constrangimentos, o governo encaminhou esse projeto de lei dando esse prazo de 30 dias, como já acontece em muitos estados. Nós seremos um dos últimos a aderir essa prática. Então, resumidamente é isso que nós temos a relatar a respeito desta matéria.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0447/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro, que declara de utilidade pública o Instituto Inter de Lages, com sede no município de Lages.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0451/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que declara de utilidade pública o Rotary Clube de Itajaí.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

[Taquígrafa: Salete]

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0528/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública o Instituto Parque das Nascentes, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0552/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, que declara de utilidade pública o Instituto Jorge Schröder (IJS), de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0020/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que acrescenta o art. 11-A à Lei n. 5.684, de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, para obrigar a identificação do passageiro quando da realização da viagem cujo percurso seja igual ou superior a 100km (cem quilômetros).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano e de Segurança Pública.

Em discussão.

Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN - (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, este projeto do deputado Ismael dos Santos, visa

exigir que as empresas, no momento do transporte intermunicipal, em distâncias acima de 100km, identifiquem o passageiro. E o deputado Ismael dos Santos propõe que o registro da identificação seja guardado por 365 dias, um ano, a partir da viagem. Argumenta que o projeto seria benéfico por várias questões, como por exemplo, para identificação de vítimas numa eventual lesão, num acidente, e também para assegurar que se possa identificar, eventualmente, pessoas procuradas pela Justiça e, em caso de alguma incidência, para saber quem estava viajando naquele ônibus.

Penso que atualmente estamos sendo vigiados em tudo que se fazemos, estamos num *Big Brother constante*, mas sobre a ideia do deputado eu quero fazer duas considerações:

Primeiramente, sobre a questão da inconstitucionalidade. Apesar de a comissão de Constituição e Justiça ter dado parecer favorável, este é o tipo de projeto que a Procuradoria do governo veta argumentando que estamos legislando sobre assunto que não é da nossa competência.

E quero ressaltar que hoje a comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, aprovou uma emenda constitucional propondo aumentar a competência legislativa das Assembleias Legislativas do Brasil, que é uma das quatro pernas do projeto que já discutimos aqui nesta Casa. Não é bem o nosso projeto, foi feita pelas mesas das Assembleias Legislativas, mas hoje houve a aprovação e foi muito positivo para fortalecer no futuro a competência legislativa das Assembleias. Mas voltando ao nosso caso.
[Taquígrafa: Ana Maria]

Entendo que esse projeto, para ser constitucional, deve ser tratado como direito do consumidor, que é uma possibilidade permitida hoje para que as Assembleias legislem. Agora, sendo direito do consumidor, a exigência teria que ser feita, não somente para o transporte intermunicipal, mas também para o transporte interestadual, ou seja, para todos os transportes. A vedação para nós em legislar é uma vedação do ponto de vista da impossibilidade de legislar

sobre medidas de trânsito. Se não é vedado para nós legislarmos sobre isso, podemos legislar, inclusive, sobre o transporte interestadual, porque aí estamos identificando em Santa Catarina.

No caso da questão da competência material, os municípios cuidam do transporte municipal; a União cuida do transporte interestadual e os estados cuidam do transporte intermunicipal. Mas no caso da exigência da identificação, em Santa Catarina, se nós podemos fazê-la para o transporte intermunicipal, evidentemente, também podemos fazê-la para todos aqueles que entram no ônibus em Santa Catarina, não tem a ver com a atribuição da União.

Então, como vou votar a favor do projeto, queria sugerir que colocássemos tudo, porque senão não iremos alcançar o nosso objetivo, que é identificar as pessoas que circulam, que saem de Santa Catarina. Não vejo inconstitucionalidade aí. Não é questão material. Não estamos mexendo no transporte interestadual, estamos apenas identificando as pessoas que, em Santa Catarina, usam o ônibus, com o objetivo de garantir o direito à segurança, à saúde, etc.

Então, gostaria de sugerir que adiássemos a votação para fazermos uma alteração no projeto. Pelo menos é o que entendo!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero enaltecer as palavras do deputado Fernando Coruja, que fez uma observação extremamente pontual.

Na questão do transporte já há algumas prerrogativas, inclusive na prática nós fomos ver isso, de empresas que já exigem essa identificação. Nós nos baseamos, inclusive, de forma análoga, à questão do transporte aeroviário, pois a pessoa que embarca numa aeronave, obrigatoriamente, deve identificar-se.

A nossa preocupação maior aqui, srs. deputados, é em relação a duas vertentes. A primeira delas refere-se à identificação em caso de acidente de trânsito, e a segunda, é sobre a questão de segurança, pois o pedófilo e o traficante viajam da capital para São Miguel d'Oeste e não precisam se identificar, não precisam apresentar carteira de identidade, não precisam apresentar CPF. Isso é um absurdo!

No bojo, a proposta maior desse projeto é baseada na questão da segurança.

Alguém pode questionar: Bom, mas o projeto é intermunicipal, então, de Palhoça a Florianópolis vou ter que mostrar minha carteira de identidade? Não! Na elaboração do projeto tivemos esse cuidado, apenas precisa se identificar em viagem as pessoas que farão um percurso igual ou superior a 100km, para não dar também esse transtorno àqueles que vão usar o transporte rodoviário intermunicipal.

Por tudo isso, pedimos a aprovação do projeto, sr. presidente, srs. deputados.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero corroborar o posicionamento do deputado, porque vejo que se trata de assunto importantíssimo na questão da segurança, tanto na fuga de uma pessoa criminosa quanto no desaparecimento de pessoas. Muitas vezes vemos casos de pessoas desaparecidas que foram vistas na rodoviária e ninguém sabe se embarcou ou não em determinada linha de ônibus. Então, considero este um projeto importante. *[Taquígrafa: Rubia]*

Nós temos competência, sim, para legislar, não é uma questão de defesa do consumidor, mas é de nossa competência. Reputo tratar-se de projeto, deputado Ismael dos Santos, muito importante para a segurança pública.

Acredito que em breve todos que embarcarem em qualquer tipo de transporte coletivo vão ter esse registro. Hoje, quem compra passagem na rodoviária de Florianópolis para ir a Chapecó ou a São Miguel d' Oeste, já tem registrado o seu nome, portanto, não há inconveniente nenhum, pelo contrário, essa informatização facilita e vem em benefício da sociedade.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Eu, como presidente, não deveria fazer comentários, mas me permito, deputado Ismael dos Santos, dizer que quando fui prefeito de Balneário Camboriú todos os ônibus que entravam na cidade eram parados no PIT - Posto de Informações Turísticas - e todos tinham que dar uma relação dos passageiros. Tínhamos lei municipal e se alguém se perdesse na cidade ou algum problema, nós sabíamos onde estavam hospedados, se em casa de aluguel ou hotel.

Então, quero dizer que essa lei é muito boa porque realmente precisamos ter a devida segurança, para os passageiros - porque muitas vezes quando ocorrem acidentes não se consegue identificar quem estava no ônibus -, e também para que fique nas cidades o registro do viajante. Portanto, quero cumprimentá-lo pelo projeto.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de lei n. 0171/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, que denomina Luiz Henrique da Silveira o Anel Rodoviário de Criciúma, trecho entroncamento SC-108 (para Cocal do Sul) - entroncamento SC-445 (para Siderópolis), no município de Criciúma.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

Deputado Luiz Fernando Vampiro - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra o deputado Luiz Fernando Vampiro.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Sr. presidente, na verdade eu gostaria de fazer uma defesa em relação à denominação desse trecho do anel rodoviário de Criciúma que está correspondido em quatro eixos, sendo que o primeiro e o segundo já foram inaugurados. E, agora, nós estamos em execução o eixo SC-108 que liga Criciúma a Cocal do Sul a SC-445, ligando o município de Criciúma a Siderópolis. Essa obra é importante e impactante. São R\$ 28 milhões do governo do estado de Santa Catarina investidos, tendo um prazo de inauguração para julho deste ano. Essa obra, além de levar mobilidade urbana significativa à área central da cidade de Criciúma, interligando os municípios da região carbonífera, é um reconhecimento ao ex-governador e ex-senador, Luiz Henrique da Silveira, por tantas obras que ele iniciou e, obviamente, que ele teve uma ação importante.

Então, é o reconhecimento da região carbonífera ao ex-governador Luiz Henrique da Silveira. Por isso, eu peço *data vênia* e apoio dos nobres colegas.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0207/2015, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que altera o art. 274 da Lei n. 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências, para regular o prazo de expedição

das licenças de instalação de infraestrutura de suporte de telecomunicações em área urbana.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Turismo e Meio ambiente e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO LEOENL PAVAN (Presidente) - Com a palavra o deputado Silvio Dreveck. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, este projeto de lei, sr. presidente, é uma adaptação da lei federal que foi alterada recentemente no final de 2014, e nós durante o ano de 2015 fizemos a sua adaptação à legislação federal. Quero ressaltar que nesta adaptação, a questão das antenas da telefonia móvel é um dos problemas a ser resolvido e precisa de avanços, entre eles, o prazo da concessão dessas licenças de infraestrutura de suporte de telecomunicações em área urbana que nada mais é do que as antenas. E nessa adaptação, o prazo de execução, ou melhor, de expedição dessas licenças, é concedido dentro de 60 dias.

Nós vamos também fazer uma nova adaptação no que diz respeito às unificações das licenças, ou seja, a licença de implantação e a prévia da implantação da área de operação. São muitas licenças para apenas uma instalação e que pode ser convergente em uma só, ou seja, uma consolidação dessas licenças, deputado Gean Loureiro, v.exa. que foi presidente da Fatma, e até conversávamos, na época que, muita coisa poderia ser agilizada, desburocratizada, mas a nossa legislação não permitia.

Então, aos poucos estamos fazendo essa adaptação até para dar mais celeridade e atender, em outras palavras, o usuário do sistema da telefonia móvel, uma demanda reprimida há muito tempo.

Por outro lado, para finalizar, quero aqui agradecer aos membros das comissões de Constituição e Justiça, de Turismo e Meio Ambiente, ao meu lado o deputado Gean Loureiro que presidiu a comissão; também agradeço os membros da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo deputado José Milton Scheffer.

Então, quero agradecer todos e pedir o apoio para aprovar esta matéria que certamente será um ganho para Santa Catarina, em que pese controvérsias que não há pessoal disponível, mas isso é outro assunto para outra oportunidade.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Continua em discussão.

DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra o deputado Gean Loureiro.

DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, esta matéria traz à tona a discussão da tramitação dos processos administrativos de licenciamento no órgão ambiental de Santa Catarina e de todo o Brasil.

Na reunião, onde estiveram presentes todos os presidentes de fundações ambientais do estado, chegou-se à conclusão que não existe um único estado no Brasil que não tenha uma demanda gigantesca de processos parados por falta de pessoal, de estrutura, da complexidade da legislação.

Nós tivemos um entendimento na comissão de Turismo e Meio Ambiente de nos manifestar favoráveis ao projeto, porque o nosso papel é provocar uma ação efetiva do estado. Muito mais do que definir o prazo para a Licença Ambiental Prévia - LAP - ou a Licença Ambiental de Instalação - LAI - esta Casa realizou uma comissão parlamentar de inquérito que tratou da questão da telefonia.

Uma das causas discutidas e estabelecidas era a dificuldade no licenciamento. E eu estive aqui

na condição, à época, de presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente, e nós demonstramos, em números, que efetivamente os pedidos avançavam, mas que era necessário ter uma alteração na legislação.

Eu tenho uma defesa muito clara, e esta Casa há de discutir uma definição nova na legislação, medidas de pequeno impacto ambiental, como o licenciamento de uma torre de antena de celular. Muitas vezes, num descampado, onde não há necessidade de fazer supressão de vegetação, onde não há praticamente nenhum impacto ambiental, essas matérias deverão receber a licença imediatamente quando se entrega a documentação. É uma licença autodeclaratória, em que a empresa, o engenheiro ambiental e os demais técnicos assumem a responsabilidade sobre o que vai ser executado. Hoje em Santa Catarina, no Brasil, o controle ambiental para o licenciamento não é na fiscalização, a pessoa licencia e depois não consegue mais fiscalizar, ou seja, na hora da emissão do licenciamento pode estar tudo certo, mas depois, se estiver tudo errado, tanto faz, a pessoa está com a licença por quatro anos.

Então, se há pequeno impacto ambiental, deixa o órgão ambiental cuidar daqueles que têm grande impacto, permitindo que esses com menor impacto recebam imediatamente a licença para a sua execução. Na fiscalização, acompanha-se, e se lá não houver todos os requisitos, o profissional será responsabilizado, será suspensa definitivamente aquela licença. Porque hoje querer licenciar tudo com rigor extremo da legislação, deputado Mauro de Nadal, está se trabalhando para a clandestinidade da estrutura ambiental, por quê? Porque demora tanto que a pessoa pensa: Faço clandestino e vou ver o que vai dar. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Essa é a opinião, inclusive, do presidente do Ibama, em nível nacional. A própria ministra do Meio Ambiente observou que, nos dias atuais, temos que definir aquilo que é mais importante para a preservação ambiental, porque, de outra forma, está-se cuidando do detalhe, do que não causa

impacto, e o que é importante fica parado, o desenvolvimento do país não acontece e a clandestinidade prejudica ainda mais o meio ambiente.

Por isso, nós entendemos que mesmo definindo apenas um marco temporal, trata-se de uma provocação para que o estado possa se estruturar mais e para que tenhamos uma ampla discussão de redefinição da legislação ambiental em Santa Catarina.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0264/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui a Semana Estadual de Incentivo ao Ciclismo no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0319/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que denomina Guilherme José da Costa o elevado da Rodovia Estadual SC-403, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Gean Loureiro.

DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, gostaria de fazer o registro de que este é um dos elevados da obra da construção da SC-403, que dá acesso ao bairro dos Ingleses, em Florianópolis. Foi uma obra de grande importância que o governo do estado executou, em que pese o tempo para sua execução, ela realmente deu outra vida ao bairro Ingleses, ao acesso ao Santinho, ao Rio Vermelho, e foi uma nova realidade para o norte da ilha de Santa Catarina.

Mas quero registrar que, tanto no elevado da SC-401, do qual o deputado João Amin foi autor da proposta de denominação, quanto os dois elevados dos Ingleses, dos quais sou o autor, tivemos o entendimento de homenagear aquelas famílias que viveram naquela comunidade durante anos. E, numa discussão com toda comunidade, eles entenderam que um morador simples, sem um grande currículo, sem muito estudo, mas que teve uma grande vivência naquela região poderia representar e verdadeiramente homenagear a comunidade.

Então, o projeto tem esse intuito: homenagear a comunidade que convive às margens daquela rodovia, seja da Vargem Grande, seja da Vargem do Bom Jesus, em todos os acessos ao Bairro dos Ingleses.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Presidente) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0440/2015, de autoria do deputado Darci de Matos, que denomina Rodovia Hipólito Arzua o trecho de acesso à Praia do Ervino, localizada no município de São Francisco de Sul, entroncamento da BR-280 até a Praia do Ervino, com extensão de 13,79km, no município de São Francisco do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Foi retirado de pauta o Projeto de Lei n. 0494/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari.

[Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Presidente) - (Passa a ler.)

"Esta Presidência comunica a edição do Ato n. 0002/2016, que designa os membros das comissões permanentes e solicita aos srs. parlamentares mais idosos, dentre os de maior número de legislaturas de cada comissão, que procedam à convocação para a instalação dos trabalhos e eleição dos respectivos presidentes e vices, na forma do art. 1º, 2º e 3º do Regimento Interno desta Casa."

Então, srs. deputados, gostaria que as comissões, a partir desse anúncio, fossem instaladas na próxima semana.

Pedido de Informação n. 0006/2016, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao número de homicídios e roubos por ano, no período de 2011 a 2016.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0063/2016, 0064/2016 e 0065/2016, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0067/2016, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0068/2016, de autoria do deputado Mário Marcondes; 0069/2016, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0070/2016, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0071/2016 e 0072/2016, de autoria da deputada Ana Paula Lima; e 0073/2016, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0017/2016, de autoria do deputado Kennedy Nunes, 0018/2016, de autoria do deputado Mário Marcondes; 0019/2016 e 0020/2016, de autoria do deputado Cesar Valduga.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO (Orador) - Parabeniza os representantes do governo do estado pela implantação de mais uma extensão do colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires, no município de Lages, na serra catarinense, que inicialmente vai atender 70 alunos, inaugurado no último dia 15, sendo que o primeiro foi inaugurado em 1984, na Trindade, em Florianópolis. *[Taquígrafa: Salete]*

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Cumprimenta o prefeito de Saltinho, que acompanha os trabalhos do Legislativo, e faz referência ao município de Xavantina pela inovação no projeto da Suinocultura Alternativa, confirmando presença, em concórdia,

na semana subsequente, numa reunião para debater o tema da suinocultura, visando oferecer ao consumidor um produto diferenciado.

Destaca a importância do saneamento básico para evitar doenças, epidemias, e lamenta que o Brasil não consiga evoluir na referida questão. Enfatiza que o Brasil já evoluiu muito na área, embora no passado grande parte dos políticos dissesse que investir embaixo da terra não dava voto, ressaltando o grande investimento do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff na área.

Finaliza fazendo referência à perseguição política e judicial ao Partido dos Trabalhadores, afirmando que querem acabar com o Partido dos Trabalhadores, abrir a Lei do Pré-sal e entregar todo o petróleo. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (Orador) - Informa a inauguração de uma escola em Turvo, escola modelo, que contou com a presença do governador e do secretário de Educação, construída com recursos, federal, estadual e municipal; e outra em Timbé do Sul. Destaca a importância da educação como um caminho para mudar a vida e transformar a realidade.

Comunica que participou de um dia de campo na Estação Experimental da Epagri de Itajaí, juntamente com pesquisadores, técnicos, empresários e agricultores do estado, mostrando o trabalho que vem sendo realizado na área da Agricultura para gerar novas tecnologias na cultura do arroz, ressaltando a importância do Projeto Arroz Epagri para o país e região. *[Taquígrafa: Rubia]*

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Referindo-se à reunião com o secretário da Saúde para discutir a diminuição das cirurgias eletivas nos próximos meses, com o agravante de cortes por parte do governo federal, menciona que em 2013 o ministério da Saúde repassou ao estado R\$ 7,7 milhões, sendo que o governo estadual teve um custo total de mais de R\$ 24 milhões; no ano de

2014 o estado gastou R\$ 36 milhões e recebeu um pouco mais de R\$ 25 milhões; no ano de 2015, mais de R\$ 39 milhões e recebeu R\$ 26 milhões, ou seja, os valores não cobrem a demanda. Finaliza descrevendo que a crise nos hospitais aumentará e as pessoas que precisam de atendimentos irão sofrer mais. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO VALMIR COMIN (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos a fazer uso da palavra, a Presidência encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. *[Revisão Final - Taquígrafa: Renata]*